

Tratando o Brasil



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

O Brasil tem avançado no combate à desigualdade e à pobreza. Como resultado destes e de outros progressos, passamos a figurar no grupo de países de nível de desenvolvimento humano alto no último ranking divulgado pela ONU. O tema saneamento básico, pouco charmoso ao público em geral e reconhecido como central pelos especialistas, tem tudo para ganhar espaço na agenda de política pública. A própria ONU decretou 2008 como o ano internacional do saneamento básico. No caso do Brasil, apresentamos um atraso secular na área. Podemos dizer que a falta de saneamento básico é o esgoto das estatísticas sociais brasileiras.

O lado positivo desta desgraça a céu aberto é que a recuperação do atraso poderá ensejar melhoras em todos os componentes do IDH, passando por renda, educação e culminando na saúde das pessoas. Trataremos de cada uma destas conexões ao longo de várias etapas da pesquisa resultado da parceria firmada entre o Centro de Políticas Sociais e o Instituto Trata Brasil, uma ONG recém-criada destinada a promover estudos, debates e ações na área

de saneamento básico. Senão vejamos: na primeira etapa abordamos a relação entre saneamento e saúde que voltará a receber a devida atenção na terceira etapa da pesquisa. Na próxima etapa a ser lançada na semana que vem abordaremos os impactos do saneamento sobre as condições de educação e de trabalho das pessoas. Abordaremos os dias de aula e de trabalho perdidos pelas pessoas em função das doenças de transmissão hídrica, propiciada pela falta de esgoto, assim como a oportunidade de gerar trabalho através do abrir e tapar buracos de obras no setor. Daremos também ênfase especial aos impactos do saneamento sobre a atividade econômica e o bem-estar da população em pólos turísticos. Pode ser menos pedagógico quanto percebermos o efeito da falta de saneamento durante o nosso sonhado banho de mar, ou após o prato de camarão.

A falta de saneamento básico é uma questão que já deveria ter sido resolvida no século passado. A falta de rede geral atinge hoje 53% da população brasileira e vai afetar o Brasil ainda no próximo século. Ao passo dos últimos 14 anos a universalização do acesso a esgoto tratado só acontecerá daqui por volta do aniversário de 300 anos da independência do Brasil, em 2122. Ao projetarmos a tendência passada para frente: demorará cerca de 56 anos para o déficit de acesso a esgoto tratado atual ser reduzido à metade. Neste mesmo período, de 1992 a 2006, o Brasil conseguiu reduzir a miséria enquanto insuficiência de renda

em 60%. Ou seja, o Brasil cumpriu a primeira Meta do Milênio da ONU de reduzir à metade em 25 anos, na metade do tempo. Na velocidade brasileira recente a meia vida do déficit de saneamento é quatro vezes superior a da miséria extrema.

É importante ter em mente a inviabilidade do processo de universalização do saneamento num país de dimensões continentais como o Brasil. Em áreas rurais, a proporção de pessoas com acesso a tratamento de esgoto é 2,9%, em lado oposto encontramos as regiões metropolitanas com 63,05%. Agora, mesmo nas metrópoles, o acesso é baixo e tem subido a taxas modestas. Por outras palavras, o Brasil tem aproveitado pouco as economias urbanas de congregar a sua população em grandes metrópoles onde o custo marginal de ofertar o serviço tenderia a cair. A falta de esgoto tratado afeta áreas diversas como o meio ambiente, a educação e a economia, e em particular na saúde das crianças e das mulheres grávidas. Mesmo fora dos casos extremos que resultam na morte antes e durante a pré-infância, doenças associadas a falta de saneamento roubam das crianças saúde em uma época crucial para o seu desenvolvimento futuro.

O saneamento junto com a educação talvez seja o maior exemplo da miopia de nossa política pública que prefere a doença à saúde, a cura à prevenção, o gasto ao investimento. Na literatura encontramos estimativas que evidenciam que a relação entre gastos de saneamento e de saúde em termos de efetividade de custo-benefício na margem variam de 5

para 1 até pouco menos de 2,5 para 1, que representa quanto se poupa de despesa de saúde investindo em saneamento. Mesmo as estimativas mais conservadoras justificam a tese de que investir em tratamento de esgoto proporciona poupança de recursos públicos e alavanca o nível de bem-estar social. Pois economiza-se não só recursos públicos, como o sofrimento das pessoas doentes.

Novos recursos do PAC e maior pressão associada ao calendário eleitoral possibilitariam cumprir o desígnio da ONU de transformar 2008 no ano do saneamento básico

As condições de saúde da população sem saneamento não são só piores que as demais como são as suas possibilidades de lidar com estes problemas de saúde. Por exemplo, a probabilidade de hospitalização no último ano foi de 7,37% na população sem saneamento contra 6,62% dos demais com tratamento de esgoto. Similarmente, 17,55% da população sem acesso a esgoto não possui acesso a plano privado de saúde contra 35,48% do resto da população. Apesar das pessoas mais pobres que não dispõem de acesso a tratamento de esgoto ser menos exigentes a qualidade percebida do plano de saúde e em particular dos serviços de hospitalização é também menor entre os que têm acesso a esgoto.

O fato das principais vítimas do proble-

ma serem crianças sem voz ou voto cria formidáveis dificuldades práticas à causa da universalização do esgoto tratado nas grandes cidades brasileiras. Agora, o movimento em prol do saneamento básico tem hoje oportunidade ímpar para prosperar. Em primeiro lugar, há recursos disponibilizados no âmbito do PAC como condição necessária (mas insuficiente) para o avanço do saneamento na prática. Em segundo lugar, o fato de estarmos no período prévio às eleições para prefeitos responsáveis pela oferta de saneamento cria sensibilidade ao tema, aumentando as possibilidades de adoção de ações locais mais efetivas. Em terceiro lugar, 2008, o ano do saneamento promulgado pela ONU, pode ensejar o lema "pensar global e agir local". Finalmente, a criação da ONG Trata Brasil, cujo lema é "saneamento é saúde", tem norte e nome certos. Pois o Brasil precisa se tratar de seus problemas sociais mais básicos, transformando informação em conhecimento e deste em compromissos concretos. A próxima etapa da pesquisa Trata Brasil sobre impactos do saneamento será lançada no dia 2 de abril próximo — dado o histórico da causa é preferível evitar debates no dia 1 de abril.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".
E-mail: mcneri@fgv.br